

A COOPERAÇÃO DAS IES RELACIONADAS À POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIAS (PdD): UMA ANÁLISE BRASILEIRA

As condições de vida da população mundial tem apresentado nos últimos anos avanços consideráveis, a expectativa de vida do brasileiro, mais notadamente, tem apresentado um aumento significativo nesse mesmo período. Esse aumento da expectativa de vida tem se revelado também para uma parcela da população portadora de deficiências (PdD), obrigando a que se esta tenha que ser absorvida em escolas regulares e especiais, dependendo de sua necessidade. Essa atenção diferenciada leva a uma necessidade futura, isto é, o trabalho. A legislação brasileira prevê a obrigatoriedade de absorção desta parcela da população nas empresas em proporcionalidade ao seu número de empregados. Uma das leis (8213/91) prevê que de 2% a 5% do quadro seja preenchido com PdD. Caso não cumprida essa determinação incorrerá a empresa em multas pecuniárias. Diversas questões são levantadas e neste artigo discute-se como a preparação inadequada, descaso, discriminação, entre outras que permitem aos PdD uma integração completa à sociedade resulta em oportunidade para as IES desenvolverem investigações e serviços, bem como técnicas e tecnologias que via convênios, em geral, possibilitam trazer a melhoria da qualidade de vida a essas pessoas, o aproveitamento de seus talentos pelas organizações e o destaque (diferenciação) de algumas IES aplicando conceitos específicos que são relacionados à responsabilidade social, trazendo ganho a todos os envolvidos. Pesquisou-se formas de cooperação com o mundo empresarial, que demonstra não estar ainda preparado para absorver essa mão de obra tão diversificada e de características tão distintas. Destaca-se neste artigo atividades relacionadas a duas áreas de PdD: cegos e surdos e como IES's têm promovido a aproximação com entidades governamentais, de terceiro setor e dos setores empresariais, com relativo sucesso.